

União Européia

A seguir, representação dos países que fazem parte da União Européia. (Fonte: www.dre.pt)



História

Uma Europa fragmentada por causa da Segunda Guerra Mundial precisa encontrar formas de manter sua segurança e estabilidade econômica, no cenário da Guerra Fria que começa a se delinear. Essa é a disposição dos fatos, em 1951, quando Bélgica, Alemanha (ocidental), Luxemburgo, França, Itália e Holanda decidem criar a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, visando, com isso, assegurar a estabilidade através da união de países. Mas esse nome limitava as ações dos países a poucas atividades e intervenções, além do mais, a opinião pública demonstrava-se bastante duvidosa sobre o futuro dessa comunidade européia. Em 1957, o grupo de países passa a se chamar Comunidade Econômica Européia (CEE) e institui um mercado interno: como se dentro dos limites dessa comunidade, houvesse um só país. Sabemos que essa foi uma união de cunho econômico: o trânsito de capital, mão-de-obra e mercadorias era facilitado, e esse acordo foi instituído através de uma reunião chamada “Tratado de Roma”.

A queda das barreiras protecionistas (tarifas e barreiras alfandegárias), entre os

países da comunidade, promove um efeito incrível na economia europeia, fazendo com que ela cresça 5 vezes mais, se compararmos ao período anterior.

Em 1963, a CEE passa a envolver-se em questões internacionais, cooperando para o crescimento de países empobrecidos pela exploração colonial: começa pela África, depois abrange, também, a Ásia, até chegar à América Latina. Evidentemente, essa ajuda não acontecia gratuitamente: quando acontecem relações entre um país mais pobre e outro mais rico, há uma grande probabilidade do país mais poderoso influenciar o outro menos poderoso. Além disso, a cooperação financeira se processava tendo, como moeda de barganha, a troca de favores... uma vez que era uma forma dos países europeus participarem das decisões internas dos países mais pobres.

Faz-se interessante perceber que a CEE estava aberta a entrada de novos integrantes, desde que esses aceitassem as normas da comunidade e se localizassem na Europa. Em 1973, ocorre o alargamento da CEE com a entrada de Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, isso faz com que a comunidade ganhe ainda mais representatividade e poder de decisão, além de aumentar seu poder econômico.

A partir de 1979, a comunidade passa a escolher seus deputados, a partir de voto direto praticado pelos cidadãos dos países componentes, mas os candidatos não são escolhidos por nacionalidade e mas, sim, compõem partidos transnacionais de pessoas que apresentam ideias semelhantes. Com o peso econômico que a comunidade foi incorporando à Europa, ela foi ganhando, também, peso político e começou a participar não só da esfera econômica, mas das decisões que participavam da vida política das pessoas.

De 1981 até 1993, alguns fatos interessantes acontecem: Grécia, Portugal e Espanha adentram a comunidade, alargando o mercado, tanto para o Mediterrâneo quanto para o Atlântico. Em 1986, os países compreendem que se todos não tiverem capacidades para se manter, haverá um descompasso do mercado interno, que pode promover uma queda na produtividade e na estabilidade econômica, por esse motivo, cria-se uma série de medidas para ajudar os países desfavorecidos que participavam da comunidade, isso garantiria um alto padrão de todos os países (ou, pelo menos, uma menor desigualdade). Em um país onde há mais conforto e oportunidades sociais, a economia tende a girar com mais facilidade, de forma mais sustentável e gerando uma sociedade mais harmônica. As ajudas, propostas pela comunidade, vão desde o destino de parte dos impostos para ajuda financeira, até colaboração em tecnologias para o desenvolvimento técnico de algum país. Em 1993, ocorre o Tratado de Maastrich, que muda o nome de Comunidade Econômica Europeia para União Europeia, lançando algumas políticas de maior estreitamento de relações, que visam

criar uma maior identidade europeia e fortalecer o mercado interno.

Em 1993, foi lançada a política de adotar uma moeda única para a União Europeia, o Euro. Essa ideia começa a se confirmar em 1999, quando a moeda passa a existir na forma de transações financeiras bancárias (apesar de não existir fisicamente ainda, como papel e moeda). Porém, em 2002, ela passa a existir em sua forma física, e é adotada pelos 27 países que compõem a União Europeia (os últimos países a se incorporarem à União Europeia foram Bulgária e Romênia, em 2007). Os países que compunham a União Soviética uniram-se à União Europeia, demonstrando interesse em meados da década de 1990, e ascenderam à União, no início do século XXI. Portanto, em menos de 20 anos, mudaram da situação de países socialistas para uma condição de capitalismo total, visando o desenvolvimento econômico.

Como age e qual a função da União Europeia?

Com a chegada de um novo século, e uma recapitulação das funções e metas, os europeus estudam o panorama atual e decidem quais suas metas para esse novo milênio. Assegurar estabilidade, paz e dignidade para o povo europeu, mantendo a sustentabilidade das relações homem-meio e homem-homem; promover um crescimento menos desigual entre as nações, encarar a globalização sem perder a identidade do europeu e das diferentes nações; são algumas das funções e metas para esse século XXI.

Executar práticas de solidariedade entre europeus e visar uma maior harmonia nas esferas urbana e rural, mantendo a sociedade em constante equilíbrio, é tarefa da UE. Cuidar do todo, mas não deixar de fomentar o crescimento e as particularidades regionais. Buscar sempre inovar as tecnologias, tanto para desenvolver mais facilmente a economia, quanto para manter um ambiente mais sustentável; realizar pesquisas, tentando avançar na área do conhecimento, valorizando a ciência, também são atribuições do grupo.

Para financiar suas atividades, a União Europeia destina cerca de 1,3% do Produto Nacional Bruto (que é a produção total de um país, descontando os impostos) dos países que fazem parte do grupo, sendo que quem possui mais riquezas, contribui mais e recebe menos apoio, e quem possui menor riqueza recebe mais apoio (para tentar um equilíbrio entre as nações). O que gera uma renda superior a 100 bilhões, que é destinada a essas práticas e tantas outras, como na área da educação, saúde e segurança.

Os próximos anos reservam uma constante atualização das regras e funções da UE, buscando, cada vez mais, lidar com as variáveis: mercado interno, globalização e comércio exterior. Promover uma constante atualização faz com que a Europa mantenha-se sempre ligada a novas mudanças e sempre se adaptando, para conseguir converter seu potencial econômico em benefícios sociais e desenvolvimento regional.

Nesses tempos, em que as empresas possuem tanto capital e tanto poder, que são capazes de contrariar decisões dos Estados, e que o fluxo de capital que gira pelo mundo é tão grande que ultrapassa fronteiras territoriais sem as respeitar, unir-se em blocos, para não sucumbir, faz-se necessário. A UE é um exemplo de agrupamentos entre países que buscam se fortalecer, frente a uma economia mais liberal do que nunca, que contraria qualquer intervenção do Estado. Assim, lembrar-se do conceito de Liberalismo, no qual a burguesia queria liberdade para o comércio, desqualificando a participação da nobreza. Agora parece que isso, de fato, ocorreu mais do que nunca. As empresas criticam toda e qualquer participação estatal, e isso, de certa forma, atingiu os Estados. Não apenas o poder garante mais lucros, mas, também, os lucros garantem o poder, exatamente como planejaram os burgueses, desde o início do Mercantilismo. Isso nos remete aos séculos XVIII e XIX.